



journalisme^{GIS}

O “governo” dos jornalistas

*Formas e efeitos da ação pública sobre a informação,
o grupo profissional e as empresas de comunicação.*

Colóquio internacional

Organizado pelo GIS de Jornalismo, grupo composto pelos seguintes laboratórios:
CARISM (Université Paris 2 – IFP), **CRAPE** (CNRS - Université de Rennes 1 – IEP),
ELICO (Universités de Lyon), **GRIPIC** (CELSA - Université Paris Sorbonne)

De 11 a 12 de outubro de 2012, em Rennes, França.

Chamada de trabalhos:

Submissão de propostas até 15 de fevereiro de 2012

Ao postular um “governo” de jornalistas, esse colóquio propõe estudar os efeitos no jornalismo produzidos por recursos, ações e incitações estabelecidas pelo poder público. Trata-se de questionar as formas de ação do Estado relacionadas ao jornalismo e de abordar os jornalistas, suas práticas, as notícias que produzem à luz da relação governantes/governados. A noção de “governo” remete aqui à abordagem de Michel Foucault que o define enquanto “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens”, ao mesmo tempo em que levamos em consideração as práticas de desvio e de resistência. O “governo” dos jornalistas é atualmente o produto de uma sobreposição de textos e de instituições que cruzam visões muito variadas, ao longo do tempo, ligações entre liberdade de informação, liberdade de empreender, direito do público à informação e “proteção” dos jornalistas. Se as pistas da reflexão abertas aqui se articulam sobre exemplos franceses, esse colóquio também busca contribuições observadas em outros contextos nacionais.

Desde a industrialização da imprensa no fim do século XIX, a ação pública francesa se concentrou sobre os conteúdos jornalísticos ao controlar a liberdade de informação (Lei de 1881), depois sobre o estatuto dos jornalistas com a aprovação de uma Lei (em 1935) para atenuar o fracasso das negociações entre os atores sociais. A partir daí, a “administração” dos jornalistas vai ganhar força com a Comissão da Carteira Profissional, instância paritária representando principalmente a profissão e os empregados, e agindo em nome do Estado. A Comissão arbitral e, depois, a Comissão paritária do emprego (1976) completam este dispositivo. A ação do Estado se concretiza também por um sistema de ajuda concedido às publicações em função do critério de “interesse geral”, por meio da Direção Geral dos meios de comunicação e da indústria cultural, e a Comissão paritária de publicações e agências de notícias implicando vários ministérios (Comunicação, Economia, Orçamento, Justiça e Cultura).

Medidas recentes se inserem, aliás, dentro de uma forma de “governança” e de “administração” de jornalistas. A dimensão jurídica, nesse caso, aparece de forma mais tangível notadamente na questão das fontes, que remetem diretamente ao trabalho dos jornalistas quanto ao acesso à informação e à proteção de seus informantes. Enquanto a lei do segredo da fonte era proposta, debatida e aprovada, situações como o caso Bettencourt¹ ou a prisão/ investigação de vários jornalistas em outros casos apontava para o problema causado pela imprecisão da expressão “interesse nacional” presente no texto da lei. Mesmo que o jornalismo não fosse tratado diretamente pela Lei Hadopi², certas situações da prática jornalística são cobertas pela lei, em particular no que se refere ao domínio sobre os direitos autorais. Em outro contexto, também podemos mencionar a reforma da representação sindical junto à direção das empresas na qual o sindicato dos jornalistas ultrapassaram seus limites ao defenderem critérios de exceção para a sua prática. No entanto, independente da adoção de leis – cuja eficácia podemos questionar – outros fatores influenciam em matéria de fiscalização, de economia, de interesse geral, de funcionamento democrático, e que buscam considerar o jornalismo em função de, ou em relação a “um regime de governo múltiplo” (Foucault). Por exemplo, os Estados gerais da imprensa – que suscitam adesão ou resistência no meio jornalístico –, convocados pelo Presidente da República em 2008 com o objetivo de discutir o futuro do jornalismo e sua relação com a sociedade, dão matéria para reflexão sobre a ação política em defesa da profissão. Os trabalhos da Conferência nacional das carreiras do jornalismo (2010), que escolheram manter a formação como tema inaugural na ocasião da sua primeira manifestação organizada sob a égide do ministério do Trabalho, da Cultura e da Educação Superior, podem também ser vistos sob o prisma do “governo” dos jornalistas. O papel crescente da Comissão paritária nacional do emprego dos jornalistas na construção de programas de formação profissional e a delimitação desse setor se inscreve parcialmente numa iniciativa de organização desse “mercado” ao nível da recente reforma do ensino superior.

O objetivo deste colóquio é de tratar do exercício mais ou menos direto do poder público sobre a informação jornalística, sobre a profissão, sobre as empresas de comunicação, a partir de uma discussão das formas contemporâneas e históricas de articulação entre liberalismo e intervencionismo. Além dessas modalidades, podemos também nos questionar sobre os níveis

¹ Escândalo político-financeiro iniciado com a publicação, em junho de 2011 pelo site Mediapart, de escutas telefônicas clandestinas feitas em 2009 e 2010 por Pascal Bonnefoy, mordomo de Liliane Bettencourt, executiva e primeira acionista do grupo L'Oréal. As escutas sugeriram que Bettencourt estava ligada a crimes de fraude e evasão fiscal.

² Lei responsável por controlar e regular o acesso à Internet na França, bem como encorajar o cumprimento das leis de direito autoral pelos usuários da Web.

infra (políticos locais e regionais) e supranacionais (União Europeia, organizações internacionais) de intervenção, bem como outros modelos nacionais. Nessa perspectiva, trata-se de identificar e de analisar como o exercício do jornalismo, a definição e o funcionamento da profissão, quanto à emergência, o desenvolvimento ou o desaparecimento de suportes e conteúdos jornalísticos podem depender de políticas públicas visando diferentes setores. Em um sentido oposto, podemos também considerar como e por quê o Governo se abstém, ou ainda como as organizações profissionais antecipam, suscitam, influenciam e evitam a ação governamental.

As propostas podem se declinar em torno de quatro grandes eixos:

- A estruturação do domínio mediático.

Trata-se aqui de analisar os efeitos dos dispositivos que, ontem e hoje, na França ou no exterior, tendem a fazer da intervenção pública um processo de “rotulação” das empresas mediáticas: pensamos, por exemplo, na definição dos critérios de elegibilidade à ajuda direta e indireta do Estado, ao apoio dado à distribuição da imprensa nas bancas de revista (Loi Bichet), e, mais recentemente, o suporte dado pelo governo da França ao desenvolvimento da imprensa online; a atribuição das frequências de radiodifusão, as decisões tomadas em matéria de regulação da publicidade entram igualmente nessa categoria, assim como as decisões tomadas em matéria de publicidade nos canais de televisão públicos.

- A orientação do tratamento jornalístico.

Esse eixo de reflexão aborda as interações de discurso na seleção e no tratamento da informação, sob a ótica da “publicidade” ou da exposição sobre as quais se articulam as políticas públicas. A recomposição da ação pública impulsionaram a divulgação de “dados”, o debate de certas questões sociais (imigração, meio-ambiente...), o processo de designação e de categorização de atos e de atores sociais. Como esses elementos se orientam no tratamento da atualidade? Inversamente, qual é o papel da produção jornalística no agendamento de problemas públicos. Essas questões se traduzem pela emergência de novas publicações ou de novas editorias dedicadas, ou persistem em tratamentos alternativos.

- A gestão do serviço público.

Podemos nos questionar sobre os efeitos das reformas do audiovisual sobre a profissão e a informação do serviço público e a demora em promover tais mudanças. Podem ser abordadas as modalidades de nomeação e hierarquia, evolução do estatuto do pessoal, terceirização da produção, incentivo à racionalização de custos. Esses fenômenos geram repercussões sobre os atores do presente que podem ser analisados nesse eixo. Aliás, não existe, na França, um “setor público” da imprensa escrita, não é proibido se questionar sobre a existência de veículos que podem desempenhar esse papel (*Le Moniteur universel*, *Le Journal officiel*), ou até sobre empresas com estatuto híbrido, parcialmente controladas pelo Estado (AFP).

- A legitimação dos jornalistas.

A identidade profissional do jornalista evolui em função de modelos de “governo/governança” que são impostos pelo poder público: as consequências podem ser globais (novos dispositivos de direitos autorais, questionamentos sobre o estatuto profissional, projetos de enquadramento da profissão), bem como ter relação com certos aspectos mais precisos da prática jornalística (a regulamentação sobre a proteção das fontes). Além disso, as formas de representação pública do jornalismo também serão analisadas aqui, abordando, por exemplo, a evolução do panorama sindical, na França e no exterior, ou no funcionamento de instâncias paritárias. Enfim, vamos acolher neste eixo reflexões que analisem as estratégias

utilizadas pelos jornalistas para contornar medidas do setor público - como, por exemplo, o caso de jornalistas “sem registro profissional”, ou ainda, em contexto de censura, ou a prática do disfarce ou dissimulação dos autores.

Modalidades de submissão de trabalhos: enviar a

grouplabjournalisme@gmail.com

- Um resumo de 3000 a 5000 caracteres (com espaços. Os textos não devem conter nenhuma indicação que possa permitir a identificação do autor ou autores).

- Primeira página contendo identidade, instituição, endereço de e-mail do autor (ou autores); essas informações não estão disponíveis aos membros do comitê científico encarregadas de julgar as propostas.

Os resumos e os comunicados podem ser apresentados em inglês, espanhol, francês ou português.

Calendário:

- **Submissão** (resumo) de propostas: **até 15 de fevereiro de 2012;**
- **Resposta** do comitê científico: **31 de março de 2012;**
- **Envio do artigo** até **31 de julho de 2012.**

Comitê científico:

- Rodney BENSON, New-York université (USA)
- Nadège BROUSTAU, Université du Québec à Montréal (Canada)
- Jean CHALABY, City university of London (GB)
- Jean CHARRON, Université Laval (Québec, Canada)
- Valérie DEVILLARD, Université Paris 2 (France)
- Kênia Beatriz FERREIRA MAIA, U. Federal do Rio Grande do Norte (Brasil)
- Valérie JEANNE-PERRIER, Université Paris Sorbonne (France)
- Florence LE CAM, Université libre de Bruxelles (Belgique)
- Jean-Baptiste LEGAVRE, Université Paris 2 (France)
- Claudia MELLADO, Universidad de Santiago (Chile)
- Fabio PEREIRA, Universidade de Brasilia (Brasil)
- David PRITCHARD, Université du Wisconsin (Milwaukee, USA)
- Rémy RIEFFEL, Université Paris 2 (France)
- Roselyne RINGOOT, Institut d'études politiques de Rennes (France)
- Denis RUELLAN, Université de Rennes 1 (France)
- Philip SCHLESINGER, University of Glasgow (GB)
- François SIMON, Université de Bordeaux 3 (France)
- Emmanuel SOUCHIER, Université Paris Sorbonne (France)
- Jean-François TETU, Institut d'études politiques de Lyon (France)
- Annelise TOUBOUL, Université de Lyon (France)
- Adeline WRONA, Université Paris Sorbonne



Université Panthéon-Assas



GRIPIC
CELSA PARIS-SORBONNE



Equipe de recherche de Lyon
en sciences de l'Information
et de la COmmunication